

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO - BA

DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO PRELIMINAR

I DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes ao cargo **55 - Auditor Fiscal – Administração Tributária**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital do CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO – BA.

II DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 01

Improcedem as alegações do recorrente.

Segue abaixo uma lista com os significados da palavra **extremo**, retirados do dicionário de português Léxico¹:

*Significado de **Extremo**:*

Adjetivo.

1. *Que atingiu o grau ou o ponto máximo: calor extremo; temperaturas extremas.*
2. *Que alcançou o ponto mais distante; longínquo; remoto: no extremo oriente.*
3. *Que é muito intenso ou muito marcado; muito forte: pobreza extrema.*

4. *Que tem carácter excepcional; que não é comum; anormal; grave: uma situação extrema.*

5. *Que está em último lugar; derradeiro; final: extrema unção.*

Nome masculino.

6. *Ponto mais distante ou máximo de algo; extremidade; ponta; raia: o extremo do território.*

7. *Ponto inicial ou final de alguma coisa; limite: situado entre dois extremos.*

8. *Manifestação excessiva ou exagerada de uma emoção ou um sentimento, geralmente associada a uma mudança brusca de comportamento; excesso; exagero: passar de um extremo a outro.*

9. *(Matemática) máximo ou mínimo de uma função real; primeiro ou último termo de uma proporção.*

Porque no texto tal palavra está empregada em função **adjetival**, atemo-nos aos significados de 1 a 5. Todos eles falam sobre **ponto máximo** e **intensidade**, seja em **distância**, em **calor**, em **temperatura**, em **espaço**. De fato, o texto fala sobre a distância do exótico planeta em relação à terra, mas isso é mencionado apenas **uma vez**, em “o planeta que está a 640 anos-luz de nós” (o que, em termos astronômicos, não configura um distância extrema, pois a ciência já tem notícia de outros corpos celestes que se encontram a milhares de anos-luz da terra!); as condições climáticas extremas, por sua vez, são mencionadas diversas vezes: “*chove ferro*”, “*suas temperaturas durante o dia excedem os 2.400 °C, calor suficiente para vaporizar metais*”, “*A período [sic] da noite é 1.000 °C mais frios, permitindo que esses metais condensem e caiam como chuva*”, “*é um ambiente bizarro*”, “*em vez de um chuvisco de gotas de água, você tem gotas de ferro caindo*” “*o lado do Wasp-76b que está permanentemente iluminado por sua estrela está sendo ‘assado’ pelo calor intenso*”, “*esse hemisfério deve ser tão quente[...]*” “*a grande diferença de temperatura que isso produz [...]*”, entre outras. A profusão destas expressões evidencia que o item lexical “*extremos*” é empregado no texto para expressar as condições climáticas do referido planeta. Assim exposto, consideramos INDEFERIDA a solicitação presente no recurso impetrado.

1. Disponível em: <https://www.lexico.pt/extremo/>. Acesso em: 06 nov. 2020.

INDEFERIDO

Questão 02

Improcedem as alegações do recorrente.

O trecho em questão aparece no seguinte parágrafo:

*É um ambiente bizarro, de acordo com David Ehrenreich, da Universidade de Gênova. “**Imagina que em vez de um chuvisco de gotas de água, você tem gotas de ferro caindo**”, ele diz à BBC News. O pesquisador suíço e colegas acabam de publicar seus achados sobre esse lugar estranho no periódico Nature.*

Como podemos observar, o trecho está entre aspas, e, logo após, o enunciador alerta: “*ele diz à BBC News*”, no qual *ele* é um pronome anafórico cujo referente é *David Ehrenreich*. Ou seja, o que está entre aspas é a fala tal qual este astrônomo pronunciou (obviamente, em outra língua; possivelmente, o inglês). Com base em Platão e Fiorin (2002, p. 181)¹, podemos afirmar que se trata de um discurso direto, pois ele reproduz a fala de uma pessoa por meio das próprias palavras da pessoa. Prova disto é a presença do verbo *dizer* conjugado no presente do indicativo: “*diz ele*”. Os verbos *dicendi* (dizer, responder, retrucar, afirmar, falar e outros do mesmo tipo) são, de acordo com Platão e Fiorin (2002, p. 182), **marcas típicas do discurso direto**. Embora o discurso indireto também apresente esta marca linguística, o discurso direto não apresenta as conjunções *que* ou *se*, marcas presentes nos discursos indiretos. Esta marca, como podemos ver, não está presente no discurso reportado no trecho em questão. Assim compreendido, consideramos **INDEFERIDA** qualquer que seja a solicitação deste recurso.

Referência:

PLATÃO, Francisco; FIORIN, José Luís. **Para entender o texto: leitura e redação**. 16 ed., 5ª. impressão. São Paulo: Ática, 2002.

INDEFERIDO

Questão 03

Improcedem as alegações do recorrente.

A oração entre vírgulas não está deslocada, pois, como **oração subordinada adjetiva explicativa**, está próxima ao referente sobre o qual diz alguma coisa (no caso, o nome *planeta*) e, como tal, deve ser intercalada entre vírgulas (BECHARA, 2009, p. 467¹; CUNHA; CINTRA, 2008, p. 618)². Deste modo, a afirmação “*há dois itens linguísticos*”

deslocados”, presente no texto do recurso, invalida a contestação de modo geral. Além disso, o pronome *ele* está em sua posição canônica de sujeito: antes do verbo e próximo a ele, assim: “*ele está* tão próximo a sua estrela que demora só 43 horas para completar uma translação”. Assim exposto, **INDEFERIMOS a solicitação do recurso.**

Referências:

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37 ed. ver., ampl. e atual. conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís Felipe Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 5 ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

INDEFERIDO

Questão 07

Improcedem as alegações do recorrente.

Perceba que todo o período em questão pode ser assim reestruturado:

isso produz a grande diferença de temperatura entre as porções iluminadas e escuras do planeta. e a grande diferença de temperatura provoca ventanias fortíssimas.

Deste modo, resta-nos saber a que o pronome <isso> se refere. De fato, o texto diz que o movimento de rotação sincronizada mantém uma face do planeta sempre voltada para a sua estrela. Mas também diz que a temperatura desta face é tão quente que “*todas as nuvens são dispersadas, e todas as moléculas na atmosfera são quebradas em átomos individuais*”. Ou seja, **o movimento de rotação sincronizada provoca o aumento da temperatura**, que, por sua vez, dispersa as nuvens e faz as moléculas serem quebradas em átomos individuais, que, por sua vez, **provoca a grande diferença de temperatura**. Veja que **o aumento da temperatura** não é a mesma coisa que **a grande diferença de temperatura**, pois, enquanto aquela expressão diz respeito à situação da temperatura em uma única face do planeta, esta expressão faz uma comparação entre as temperaturas das duas faces. Perceba que a informação que aparece mais próxima ao pronome demonstrativo <isso> é exatamente “*esse hemisfério deve ser tão quente que todas as nuvens são dispersadas, e todas as moléculas na atmosfera são quebradas em átomos individuais*”, o que faz desta expressão o antecedente do pronome em questão, pois, por outro lado, entre a expressão “*um comportamento que cientistas descrevem como rotação sincronizada*” e o pronome <isso>, há muita massa textual, isto é, há muitas outras expressões que poderiam concorrer para ser o antecedente do pronome, dentre as quais, aquela que está mais próxima, como já mencionado. É importante ressaltar que um pronome pode sim retomar algum elemento já mencionado no discurso (BECHARA, 2009¹; CAVALCANTE, 2011²; CUNHA; CINTRA, 2008³), mas, para que isso seja

possível, o seu referente deve estar textualmente próximo; em caso contrário, o esforço cognitivo para a recuperação de tal elemento durante a comunicação/interação é maior, o que pode, inclusive, prejudicar a compreensão. Quando a distância se torna grande, um recurso prático é empregar uma expressão anafórica correferencial, como um sinônimo, algum tipo de nominalização ou uma paráfrase definicional (CAVALCANTE, 2011). Assim exposto, declaramos **INDEFERIDA** qualquer solicitação de mudança de gabarito ou de anulação da questão.

Referências:

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37 ed. ver., ampl. e atual. conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Referenciação**: sobre coisas ditas e não ditas. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís Felipe Lindley. **Nova Gramática do português contemporâneo**. 5 ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

INDEFERIDO

Questão 09

Improcedem as alegações do recorrente.

De fato, o texto em questão apresenta algumas características do planeta Wasp-76b, detalha o seu ciclo rotacional e diz sobre a temperatura na face voltada à estrela em torno da qual ele orbita. Contudo, o texto apresenta tais características com o intuito de levar ao público em geral, por meio de **uma linguagem clara e simplificada** (note, por exemplo, a presença mínima de termos específicos do vocabulário da ciência astronômica [o termo *espetógrafo* recebe uma definição simplificada como “*um instrumento concebido para procurar planetas do tipo terrestre em torno de estrelas do tipo solar*”, e o termo *translação* é definido como “*o movimento que [o planeta] faz em torno da sua estrela*”], e a presença maciça de palavras e expressões do vocabulário da língua comum [“*parece um filme de ficção científica*”, “*chove ferro*”, “*assado*”, “*um planeta monstro*”]), os fatos oriundos da observação científica de um grupo de astrônomos. Deste modo, as descrições destas peculiaridades são empregadas pelo enunciador para cumprir o objetivo comunicativo de levar ao leitor leigo (isto é, o leitor não-especialista no assunto) as descobertas daquele grupo; ou seja, **as descrições não são o fim almejado, mas estão em função de um fim**. Além disto, atesta a favor desta compreensão o local de publicação do texto: o site de notícias R7, que, como portal de notícias, tem a função comunicativa de informar ao público em geral as novidades que acontecem no mundo, neste caso específico, a descoberta de um exótico planeta por meio das atividades de pesquisas

científicas. É, portanto, **um texto de divulgação científica** (ZAMBONI, 1997)¹, um texto que aborda um conteúdo da astronomia, mas sem empregar o discurso científico desta área, a fim de aproximar o leitor de um conhecimento científico, facilitando a sua compreensão em relação ao conteúdo tratado e fazendo a ligação entre a ciência e o mundo em que vivemos. Assim exposto, declaramos **INDEFERIDA** qualquer solicitação de mudança de gabarito ou de anulação da questão.

Referências:

ZAMBONI, M.S.Z. **Heterogeneidade e subjetividade no discurso de divulgação científica**. 1997. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 1997.

INDEFERIDO

Questão 10

Improcedem as alegações do recorrente.

De acordo com os manuais de linguística (LYONS, 1981; MARTELOTTA, 2010; MUSSALIM; BENTES, 2012a, 2012b, 2012c; ROSA, 2011; SAUSSURE, 2006)¹ e com os compêndios gramaticais (BECHARA, 2009; CUNHA; CINTRA, 2008)², a linguagem se organiza em diversos componentes (também denominados estratos): fonológico, morfológico, sintático, lexical, discursivo, pragmático e semântico. Todos eles se inter-relacionam, mas, quando é necessário didatizá-los, opera-se um algum tipo de divisão e compartilhamento, para que se perceba suas respectivas manifestações. Ora, se a sintaxe é um componente da linguagem, obviamente as figuras de sintaxe – também chamadas figuras de construção – são um tipo de figura de linguagem. De fato, o próprio site informado como fonte da fundamentação do recurso afirma isso. Ao clicar no *link* **figuras de linguagem**, encontraremos a seguinte apresentação:

Figuras de Linguagem

PORTUGUÊS

O ato de desviar-se da norma padrão no intuito de alcançar uma maior expressividade refere-se às figuras de linguagem. Quando o desvio ocorre pelo não conhecimento da norma culta, temos os chamados vícios de linguagem.

Figuras de som

a) aliteração: consiste na repetição ordenada de mesmos sons consonantais.

“Esperando, parada, pregada na pedra do porto.”

b) assonância: consiste na repetição ordenada de sons vocálicos idênticos.

*“Sou um mulato nato no sentido lato
mulato democrático do litoral.”*

c) *paronomásia: consiste na aproximação de palavras de sons parecidos, mas de significados distintos.*

“Eu que passo, penso e peço.”

Figuras de construção

a) *elipse: consiste na omissão de um termo facilmente identificável pelo contexto.*
“Na sala, apenas quatro ou cinco convidados.” (omissão de havia)

b) *zeugma: consiste na elipse de um termo que já apareceu antes.*

Ele prefere cinema; eu, teatro. (omissão de prefiro)

c) *polissíndeto: consiste na repetição de conectivos ligando termos da oração ou elementos do período.*

“ E sob as ondas ritmadas

e sob as nuvens e os ventos

e sob as pontes e sob o sarcasmo

e sob a gosma e sob o vômito (...)”

d) *inversão: consiste na mudança da ordem natural dos termos na frase.*

“De tudo ficou um pouco.

Do meu medo. Do teu asco.”

e) *silepse: consiste na concordância não com o que vem expresso, mas com o que se subentende, com o que está implícito. A silepse pode ser:*

• De gênero

Vossa Excelência está preocupado.

• De número

Os Lusíadas glorificou nossa literatura.

• De pessoa

“O que me parece inexplicável é que os brasileiros persistamos em comer essa coisinha verde e mole que se derrete na boca.”

f) *anacoluto: consiste em deixar um termo solto na frase. Normalmente, isso ocorre porque se inicia uma determinada construção sintática e depois se opta por outra.*

A vida, não sei realmente se ela vale alguma coisa.

g) *pleonasma: consiste numa redundância cuja finalidade é reforçar a mensagem.*

“E rir meu riso e derramar meu pranto.”

h) *anáfora: consiste na repetição de uma mesma palavra no início de versos ou frases.*

“ Amor é um fogo que arde sem se ver;

É ferida que dói e não se sente;

É um contentamento descontente;

É dor que desatina sem doer”

Figuras de pensamento

a) *antítese*: consiste na aproximação de termos contrários, de palavras que se opõem pelo sentido.

“Os jardins têm vida e morte.”

b) *ironia*: é a figura que apresenta um termo em sentido oposto ao usual, obtendo-se, com isso, efeito crítico ou humorístico.

“A excelente Dona Inácia era mestra na arte de judiar de crianças.”

c) *eufemismo*: consiste em substituir uma expressão por outra menos brusca; em síntese, procura-se suavizar alguma afirmação desagradável.

Ele enriqueceu por meios ilícitos. (em vez de ele roubou)

d) *hipérbole*: trata-se de exagerar uma ideia com finalidade enfática.

Estou morrendo de sede. (em vez de estou com muita sede)

e) *prosopopeia* ou *personificação*: consiste em atribuir a seres inanimados predicativos que são próprios de seres animados.

O jardim olhava as crianças sem dizer nada.

f) *gradação* ou *clímax*: é a apresentação de ideias em progressão ascendente (clímax) ou descendente (anticlímax)

“Um coração chagado de desejos

Latejando, batendo, restrugindo.”

g) *apóstrofe*: consiste na interpelação enfática a alguém (ou alguma coisa personificada).

“Senhor Deus dos desgraçados!

Dizei-me vós, Senhor Deus!”

Figuras de palavras

a) *metáfora*: consiste em empregar um termo com significado diferente do habitual, com base numa relação de similaridade entre o sentido próprio e o sentido figurado. A metáfora implica, pois, uma comparação em que o conectivo comparativo fica subentendido.

“Meu pensamento é um rio subterrâneo.”

b) *metonímia*: como a metáfora, consiste numa transposição de significado, ou seja, uma palavra que usualmente significa uma coisa passa a ser usada com outro significado. Todavia, a transposição de significados não é mais feita com base em traços de semelhança, como na metáfora. A metonímia explora sempre alguma relação lógica entre os termos. Observe:

Não tinha teto em que se abrigasse. (teto em lugar de casa)

c) *catacrese*: ocorre quando, por falta de um termo específico para designar um conceito, torna-se outro por empréstimo. Entretanto, devido ao uso contínuo, não mais se percebe que ele está sendo empregado em sentido figurado.

O pé da mesa estava quebrado.

d) *antonomásia* ou *perífrase*: consiste em substituir um nome por uma expressão que o identifique com facilidade:

...os quatro rapazes de Liverpool (em vez de os Beatles)

e) sinestesia: trata-se de mesclar, numa expressão, sensações percebidas por diferentes órgãos do sentido.

A luz crua da madrugada invadia meu quarto.

A divisão apresentada evidencia que figuras de som são empregos expressivos das unidades do componente fonético-fonológico; **figuras de construção são empregos expressivos das unidades do componente morfossintático (inter-relação de morfologia e sintaxe)**; figuras de pensamento são empregos expressivos das unidades semânticas; figuras de palavras são empregos expressivos das unidades do léxico. Todas são, portanto, tipo de figuras de linguagem. Assim compreendido, **INDEFERIMOS a solicitação do recurso.**

Referências:

1. Manuais de linguística

LYONS, John. **Linguagem e linguística: uma introdução.** Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981.

MARTELLOTA, Mário Eduardo. **Manual de linguística.** São Paulo: Contexto, 2010.

MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. **Introdução à linguística: domínios e fronteiras.** vol.1. 9 ed. ver. São Paulo: Cortez, 2012a

MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. **Introdução à linguística: domínios e fronteiras.** vol.2. 8 ed. ver. São Paulo: Cortez, 2012b.

MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. **Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos.** vol.3. 9 ed. ver. São Paulo: Cortez, 2012b.

ROSA, Maria Carlota. **Introdução à morfologia.** São Paulo: Contexto, 2011.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de linguística geral.** São Paulo: Cultrix, 2006.

2. Compêndios gramaticais

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa.** 37 ed. ver., ampl. e atual. conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís Felipe Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo.** 5 ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

INDEFERIDO

Questão 13

Improcedem as alegações do recorrente.

Total de números de 0 a 20 são 21 números.

Números primos de 0 a 20 = 2, 3, 5, 7, 11, 13, 17, 19 são 8 números.
 $P = 8/21 = 0,38 = 38\%$.

INDEFERIDO

Questão 15

Improcedem as alegações do recorrente.

A questão demanda conhecimentos sobre proporção, haja vista o seno e o cosseno já terem sido dados pela questão.

Dessa forma, o conteúdo cobrado está contemplado em edital.

INDEFERIDO

Questão 18

Improcedem as alegações do recorrente.

A questão contém um erro ortográfico na alternativa correta, mas não mudou o sentido da frase.

- a) Art. 129, parágrafo único, da Lei 1.364/2017. “A cessão se materializa mediante celebração obrigatória de convênio de cooperação, sendo permitida apenas na hipótese de o servidor ser cedido para ocupar cargo em comissão, função de confiança ou ainda para atender às situações estabelecidas em lei.” Atente-se que o mero erro no termo “de” não alterou o sentido do texto legal, o que não justifica a anulação da presente questão.
- b) Art. 131, da Lei Municipal 1.364/2017.
- c) Art. 129, da Lei Municipal 1.364/2017.
- d) Art. 129, da Lei Municipal 1.364/2017.

INDEFERIDO

Questão 19

Procedem as alegações do recorrente.

- I- Art. 10, da Lei Complementar nº 003 de 2018.
- II- Art. 10, parágrafo único, da Lei Complementar nº 003/2018.
- III- Art. 15, da Lei Complementar nº 003/2018.

Responde à questão a alternativa A.

DEFERIDO

Questão 20

Improcedem as alegações do recorrente.

- I- Art. 33, da Lei Complementar nº 003/2018.
- II- Art. 34, da Lei Complementar nº 003/2018.
- III- Art. 32, parágrafo segundo, “a”, da Lei Complementar nº 003/2018.
- IV- Art. 32, parágrafo segundo, inciso III, da Lei Complementar nº 003/2018.

Atente-se que a legislação aqui cobrada é condizente com o Edital e pode ser facilmente encontrada no site da Câmara Municipal de Paulo Afonso, na seção “Leis Complementares”.

INDEFERIDO

Questão 21

Improcedem as alegações do recorrente.

O comando da questão tem relação com a **Resolução 750/93** listada no cronograma de estudo disponível no edital.

Porém, para dar suporte ao conceito apresentado na questão, devemos observar **CPC 46 item 2**.

PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 46 MENSURAÇÃO DO VALOR JUSTO –
Aprovado em 2012.

O valor justo é uma mensuração baseada em mercado e não uma mensuração específica da entidade. Para alguns ativos e passivos, pode haver informações de mercado ou CPC_46_rev 14 transações de mercado observáveis disponíveis e para outros pode não haver. Contudo, o objetivo da mensuração do valor justo em ambos os casos é o mesmo – **estimar o preço pelo qual uma transação não forçada para vender o ativo ou para transferir o passivo ocorreria entre participantes do mercado na data de mensuração sob condições correntes de mercado (ou seja, um preço de saída na data de mensuração do ponto de vista de participante do mercado que detenha o ativo ou o passivo).**

INDEFERIDO

Questão 24

Improcedem as alegações do recorrente.

A equação a qual tratamos na questão é:

De acordo com **Ribeiro** (2017, p. 4):

“Patrimônio é conjunto de bens, direitos e obrigações. “

As obrigações podem ser com capital de terceiros e capital próprio.

Ribeiro (2017, p. 7), vejamos como fica o gráfico do Patrimônio:

Patrimônio	
Ativo	Passivo
Bens	Obrigações Patrimônio
Direitos	Líquido

Conclui-se que: Ativo = Passivo.

Sabe-se que a estrutura do Balanço Patrimonial é:

Balço Patrimonial

Ativo	Passivo
Ativo Circulante (AC)	Passivo Circulante (PC)
Ativo Não Circulante (ANC)	Passivo não Circulante (PnC)
	Patrimônio Líquido (PL)
Ativo total (AC+ANC)	Passivo Total (PC+PnC +PL)

Ativo Total = Passivo Total

Ativo - Passivo = Patrimônio Líquido que pode ser apresentado, também, das seguintes formas:

i) $\text{Ativo total} - \text{Passivo} = \text{Patrimônio Líquido}.$

$(\text{ativo circulante} + \text{ativo não circulante}) - (\text{passivo circulante} + \text{passivo não circulante}) =$

Patrimônio líquido:

$\text{Ativo total} = \text{Passivo} + \text{Patrimônio Líquido}.$

ii) $\text{Ativo total} = \text{Passivo total}.$

Vejamos:

Ativo total é composto por Ativo Circulante + Ativo Não Circulante.

Passivo Total = Passivo Circulante + Passivo Não Circulante + Patrimônio Líquido

Ativo - Passivo = PATRIMÔNIO LÍQUIDO.

Passivo Total é composto por Passivo Circulante + Passivo Não Circulante + Patrimônio Líquido

De acordo com um dos argumentos utilizados para a anulação da questão que teria duas respostas corretas, essa afirmação é equivocada. Para melhor ilustrar iremos substituir por números:

$\text{Ativo total} = \text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Não Circulante} = 2$ (valor ilustrativo).

$\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante} = 1$ (valor ilustrativo).

$\text{Patrimônio Líquido} = 1$ (valor ilustrativo).

Simulação opção A

$\text{Passivo Total (PC+PnC+PL)} = \text{Ativo Total} + \text{Patrimônio Líquido}$

$2 = 2 + 1$

$2 = 3$ ERRADO

Simulação opção D

$\text{Ativo} - \text{Passivo} - \text{Patrimônio Líquido} = 0$

$2 - 1 - 1 = 0$

INDEFERIDO

Questão 26

Improcedem as alegações do recorrente.

A questão pede a opção que não representa o objetivo da auditoria interna, tendo como opção a ser marcada a opção que tem como opção a definição de auditoria externa.

O item C questionado apresenta de fato um erro de digitação, porém não é considerado um erro capaz de prejudicar o entendimento da questão.

Observação:

O “objetivo é verificar a necessidade de novas **de** normas internas”
(texto da prova opção C).

“objetivo é verificar a necessidade de novas normas internas”
(texto sem a preposição “de” seria o trecho correto).

Para tanto, não consideramos caso de anulação, pois a presença do “de” não interfere na interpretação da questão.

INDEFERIDO

Questão 29

Procedem as alegações do recorrente.

Anula-se a questão por erro de comando. O indicativo deveria ser subavaliação. De acordo com **Crepaldi e Crepaldi** (2019) orienta que o teste de superavaliação deve ser aplicado para contas de natureza devedora e testes de subavaliação são orientados para contas de natureza credora, os exemplos apresentados pelos autores são de contas patrimoniais. Almeida (2012) orienta que todas as contas devem ser testadas para mais ou para menos, alguns grupos utilizam de forma preponderante superavaliação ou subavaliação. De acordo com Almeida (2003) **é mais prático** dirigir testes principais de superavaliação para contas devedoras e testes de subavaliação para contas credoras.

QUESTÃO NULA.

DEFERIDO

Questão 30

Improcedem as alegações do recorrente.

O controle dos **papéis de trabalho** é feito pela empresa de auditoria, pois os documentos são papéis de trabalho da auditoria. Qualquer documento utilizado pela empresa de auditoria é considerado como papéis de trabalho, inclusive anotações.

A questão fala de controle relacionado à empresa de auditoria, então os papéis de trabalho devem ser guardados pela empresa de auditoria por 5 anos.

Crepaldi e Crepaldi (2019, p.309)

“O auditor deve adotar procedimentos apropriados para manter a custódia dos papéis de trabalho pelo prazo de cinco anos, a partir da data da emissão da sua opinião. A confiabilidade dos papéis de trabalho é dever permanente do auditor”.

A questão pede para assinalar a opção que não tem relação com controle de papéis de trabalho.

INDEFERIDO

Questão 31

Improcedem as alegações do recorrente.

FUNDAMENTAÇÃO:

- I- Correta – Segundo o pensamento de Alexandre Mazza “A Administração Pública só pode praticar as condutas autorizadas em lei.”
- II- Correta – Inclusive, este é basicamente o conceito trazido na Lei de Processo Administrativo que diz que a Impessoalidade trata de uma obrigação “objetividade no atendimento do interesse público, vedada a promoção pessoal de agentes ou autoridades” (art. 2º, parágrafo único, III, da Lei n. 9.784/99).
- III- Correta – A moralidade em momento algum se refere à moral comum em sociedade, mas ao respeito do administrador diante da boa-fé, decoro, honestidade e probidade.

INDEFERIDO

Questão 33

Improcedem as alegações do recorrente.

FUNDAMENTAÇÃO:

- a) Incorreta, pois as empresas públicas são criadas mediante autorização legislativa.
- b) Incorreta, pois as empresas públicas possuem capital exclusivo da União.
- c) **Correta, é esse o pensamento do doutrinador Alexandre Mazza “Empresas públicas são pessoas jurídicas de direito privado, criadas por autorização legislativa, com totalidade de capital público e regime organizacional livre.”**
- d) Incorreta, pois as demandas das empresas públicas são de competência Federal.

INDEFERIDO

Questão 34

Improcedem as alegações do recorrente.

FUNDAMENTAÇÃO:

- a) Incorreta. As fundações públicas são pessoas jurídicas de direito público interno.
- b) Incorreta. As fundações públicas são espécies de autarquias revestindo-se das mesmas características jurídicas aplicáveis a estas entidades, podendo inclusive, exercer o poder de polícia.
- c) **Correta. É este o conceito majoritário dentro da doutrina, assunto muito bem elucidado pelo professor Alexandre Mazza “Fundações públicas são pessoas jurídicas de direito público interno, instituídas por lei específica mediante a afetação de um acervo patrimonial do Estado a uma dada finalidade pública. Exemplos: Funai”**
- d) Incorreta, pois como espécies de autarquias, podem exercer atividades típicas da Administração Pública, como prestar serviços públicos.

Ademais, apesar do Decreto-Lei nº 200/67 apresentar “entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado”, essa conceituação legislativa não foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988, cujo o art 37, XIX, trata das fundações públicas como figuras simétricas às autarquias, reconhecendo assim a natureza pública dessas fundações.

O professor **Celso Antônio Bandeira de Mello** explica que “é absolutamente incorreta a afirmação normativa de que as fundações públicas são pessoas de Direito Privado. Na verdade, são pessoas de Direito Público. Saber se uma pessoa, criada pelo Estado, é de Direito Privado ou de Direito Público é meramente uma questão de examinar o regime jurídico estabelecido na lei que a criou. Se lhe atribuiu a titularidade de poderes públicos, e não meramente o exercício deles, e disciplinou-a de maneira a que suas relações sejam regidas pelo Direito Público, a pessoa será de Direito Público, ainda, que se lhe atribua outra qualificação. Entretanto, foram batizadas de pessoas de Direito Privado apenas para se evadirem destes controles moralizadores ou, então, para permitir que seus agentes acumulassem cargos e empregos, o que lhes seria vedado se fossem reconhecidas como pessoas de Direito Público”.

Referência: Curso de direito administrativo. 15ª ed, São Paulo: Malheiros, 2003, 169.

INDEFERIDO

Questão 35

Improcedem as alegações do recorrente.

- a) INCORRETA. Conforme o pensamento do prof. Alexandre Mazza (entendimento majoritário na doutrina) “a competência é requisito vinculado. Para que o ato seja válido, inicialmente é preciso verificar se foi praticado pelo agente competente segundo a legislação para a prática da conduta. No Direito Administrativo, é sempre a lei que define as competências conferidas a cada agente, limitando sua atuação àquela seara específica de atribuições”.
- b) CORRETA. Esse é o pensamento que predomina dentro da doutrina, autores como Hely Lopes Meirelles e Alexandre Mazza defendem que o motivo é a situação de fato e o fundamento jurídico que autorizam a prática do ato. Constitui um requisito discricionário pois pode abrigar margem de liberdade outorgada por lei ao agente público. Exemplo: a ocorrência da infração é o motivo da multa de trânsito. Não se confunde com motivação, que é a explicação por escrito das razões que levaram à prática do ato.
- c) INCORRETA. A finalidade é requisito vinculado.
- d) INCORRETA. A forma também é requisito vinculado.

INDEFERIDO

Questão 37

Improcedem as alegações do recorrente.

- I- Correta. Art. 153 da Lei 8.112/90.
- II- Correta. Art.155 da Lei 8.112/90.
- III- Correta. Art. 166 da Lei 8.112/90.

Atente-se que o Edital prevê em seu conteúdo o assunto “inquérito” dentro da matéria de Direito Administrativo, sem especificar o que deve ser tratado sobre inquérito, cabendo então ao candidato estudar o essencial sobre o tema, inclusive suas legislações mais pertinentes.

INDEFERIDO

Questão 38

Improcedem as alegações do recorrente.

FUNDAMENTAÇÃO:

- a) Incorreta. O Poder Legislativo também pode editar atos administrativos.
- b) Incorreta. Os três Poderes, Legislativo, Executivo e Judiciário, podem editar atos administrativos.
- c) Correta. Os atos administrativos sempre estarão sujeito a controle pelo poder judiciário. O controle judicial é exercido pelo Judiciário sobre os atos administrativos praticados pelo Poder Executivo, pelo Poder Legislativo ou pelo próprio Poder Judiciário, quando realiza atividades administrativas. Por ele, é possível se decretar a anulação de um ato. “O controle judicial sobre atos da Administração é exclusivamente de legalidade. Significa dizer que o Judiciário tem o poder de confrontar qualquer ato administrativo com a lei ou com a Constituição e verificar se há ou não compatibilidade normativa. Se o ato for contrário à lei ou à Constituição, o Judiciário declarará a sua invalidação de modo a não permitir que continue produzindo efeitos ilícitos. [...] O que é vedado ao Judiciário, como correntemente têm decidido os Tribunais, é apreciar o que se denomina normalmente de mérito administrativo, vale dizer, a ele é interditado o poder de reavaliar os critérios de conveniência e oportunidade dos atos, que são privativos do administrador público”. (Carvalho Filho, Manuel de Direito Administrativo, 2010).

- d) Incorreta. A presunção de legitimidade entende que todos os atos administrativos são editados em conformidade com a lei, até prove-se o contrário.

INDEFERIDO

Questão 39

Improcedem as alegações do recorrente.

- a) Correta. Art. 4 da Lei 9.868/99.
- b) Incorreta. Art. 6, parágrafo 2, da Lei 9.868/99.
- c) Incorreta. Art. 8, da Lei 9.868/99.
- d) Incorreta. Art. 7, da lei 9.868/99.

Atente-se que o conteúdo está em perfeita consonância com o Edital quando o mesmo prevê “Ação Direta de Inconstitucionalidade”.

Questão 40

Improcedem as alegações do recorrente.

FUNDAMENTAÇÃO:

- a) Art. 10, parágrafo 3, da Lei 9.868/99. INCORRETA
- b) **Art. 10, parágrafo 1, da Lei 9.868/99. CORRETA**
- c) Art. 11, parágrafo 1, da Lei 9.868/99. INCORRETA
- d) Art. 11, da Lei 9.868/99. INCORRETA

O conteúdo está em perfeita consonância com o Edital ao prever “ação direta de inconstitucionalidade”.

INDEFERIDO

Questão 41

Improcedem as alegações do recorrente.

FUNDAMENTAÇÃO:

- a) Art. 22, da Lei 9.868/99. INCORRETA
- b) Art. 23, da Lei 9.868/99. INCORRETA
- c) Art. 28, da Lei 9.868/99. INCORRETA
- d) **Art. 21, da Lei 9.868/99. CORRETA**

O conteúdo está em perfeita harmonia com o Edital.

INDEFERIDO

Questão 43

Procedem as alegações do recorrente.

FUNDAMENTAÇÃO:

- I- Correta, conforme o entendimento majoritário da doutrina o patrimônio é o conjunto de bens, direitos e obrigações de uma determinada entidade.
- II- Correta, os bens são recursos materiais e imateriais expressos em moeda.
- III- Correta, pois as dívidas da entidade perante terceiro também formam o patrimônio, mais especificamente, o passivo.

Por não existir alternativa que contemple como CORRETA as três assertivas, é que se decide pela anulação.

QUESTÃO NULA.

DEFERIDO

Questão 44

Improcedem as alegações do recorrente.

FUNDAMENTAÇÃO:

- a) Correta, conforme entendimento da NBC TG 30 e aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade na Resolução CFC nº 1.187/09.
- b) Incorreta, pois refere-se ao patrimônio bruto.
- c) Incorreta, pois afirma que os aumentos no patrimônio líquido estejam relacionados com a contribuição dos detentores dos instrumentos patrimoniais.
- d) Incorreta, pois não cita a diminuição de passivos como receitas.

INDEFERIDO

Questão 45

Procedem as alegações do recorrente.

FUNDAMENTAÇÃO:

Decide-se pela anulação da referida questão por não haver gabarito para a mesma, uma vez que pede que o candidato assinale a alternativa INCORRETA, e apresenta três possíveis respostas, quais sejam as alternativas “a”, “b” e “d”.

QUESTÃO NULA.

DEFERIDO

Questão 46

Improcedem as alegações do recorrente.

- I- Correta. Art. 77, parágrafo único, do CTN.
- II- Incorreta. Art. 77, caput, do CTN.
- III- Correta. Art.80, do CTN.

GABARITO: C

INDEFERIDO



III

DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, os mesmos foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com as decisões e fundamentações supra elencadas, com base no Capítulo VIII do Edital que rege este concurso. Fica reiterado que “*A Banca Examinadora se constitui na última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais*”.

Publique-se,

Fortaleza – CE, 19 de novembro de 2020.

INSTITUTO CONSULPAM